

DO REGIME JURÍDICO DO CRÉDITO AO CONSUMIDOR NA UNIÃO EUROPEIA

E SEUS REFLEXOS EM PORTUGAL:
A INVERSÃO DO PARADIGMA¹

MÁRIO FROTA

Fundador e primeiro presidente da AIDC –
Associação Internacional de Direito do Consumo

Do crédito selvagem ao crédito responsável:
o saudável retorno à máxima de sabor africano:
“Só se empresta um cabrito a quem tem um boi!”

EXCERPTS

“It is especially important that credit institutions and financial companies do not allow themselves to lend money irresponsibly or do so without full guarantees concerning the creditworthiness of consumers who apply for the credit to be granted”

“The wild credit does not benefit the community nor the family, much less people singularly considered: as it goes nowadays, it only benefits the financial institutions, as it is obvious!”

“Any relation conducted in the field of legal business consumption should be done so with absolute proscription of harassment and undue influence”

“To ensure full transparency, the consumer should be informed of the borrowing rates, both at the pre-contract phase as well as at the conclusion of the credit agreement”

“The contract will therefore be null and void when a copy of it is not handed to the consumer or guarantor at the time of its conclusion”

Pela Directiva 2008/48/CE, de 23 de Abril de 2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, que disciplina os contratos de crédito ao consumidor, ter-se-á operado a inversão do que poderia considerar-se o paradigma vigente: o da celebração temerária, irresponsável de contratos por iniciativa dos dadores de crédito – de instituições de crédito como de sociedades financeiras.

De harmonia com as diretrizes nela plasmadas, incumbe aos Estados-membros adotar medidas tendentes a incentivar práticas responsáveis em todas as fases da relação de crédito, tendo em conta as especificidades do mercado de crédito. Práticas responsáveis que se dirigem tanto a dadores como a consumidores de crédito, no quadro do regime aplicável.

De banda dos consumidores tais medidas incluirão, por hipótese, a informação e a educação para os serviços financeiros, nomeadamente advertências no tocante aos riscos que advêm do incumprimento das obrigações a que os consumidores se adscrevem e do sobre-endividamento que sobe em espiral nas distintas praças de crédito, um pouco por toda a parte.

De banda dos dadores de crédito, em um mercado em expansão, é especialmente importante que as instituições de crédito e as sociedades financeiras não se permitam conceder empréstimos de modo irresponsável ou não o façam sem se munirem previamente de garantias acerca da solvabilidade dos consumidores que se habilitem à sua concessão.

Tem-se como imperioso que os Estados-membros, através das autoridades para o efeito criadas, efetuem de modo eficiente e tempestivo a necessária supervisão para evitar eventuais defecções, aparelhando o arsenal punitivo com o fito de reprimir os mutuantes que se precipitem irresponsavelmente em operações temerárias de concessão de crédito.

Sem prejuízo das disposições vigentes em matéria de risco de crédito no domínio do acesso à atividade das instituições de crédito e sociedades financeiras e ao seu exercício, que se consagram em cada um dos ordenamentos jurídicos mercê também de uma diretiva editada neste particular, os dadores de crédito deverão ser responsáveis por verificar, individualmente, em concreto, as condições de solvabilidade do consumidor que se habilite a um qualquer contrato. Para o efeito, há que facultar-se-lhes o acesso a acervos de informação (bancos, bases de dados) que reflitam o perfil do consumidor e aos elementos que o próprio consumidor carrie não só aquando dos preliminares negociais, como ainda na vigência de relações contratuais duradouras, continuadas ou continuativas, como são as do estilo.

Às autoridades de supervisão, em cada um dos Estados-membros, cumprirá ainda emitir instruções e orientações adequadas aos dadores de crédito de molde

a que a irresponsabilidade não campeie e se sofreiem implacavelmente eventuais manifestações nesse sentido.

Um voto se consigna nos *consideranda* da directiva, a saber, o de que os consumidores ajam com prudência e respeitem as obrigações contratuais a que se adscreverem. O que, de resto, se afigura estulto, a menos que o direito haja perdido a coatividade que, como ordem normativa, se lhe reconhecia.

Conquanto tais diretrizes se não espelhem em qualquer das normas da Directiva do Crédito ao Consumidor, constituindo meras intenções ínsitas nos *considerandos*, vale dizer, no preâmbulo do instrumento de que se trata (que os Estados-membros acatarão ou não), cumpre significar que o Estado Português dotou o ordenamento de regras que absorvem ou assimilam tais propósitos, sujeitando a coimas, vale dizer, a sanções com tradução patrimonial (substancialmente elevadas) as violações que entretanto se detectarem.

Repare-se no que se define no art.º 10.º do diploma legal derivado (DL 133/2009, de 2 de Junho) em que se consubstanciou em Portugal a transposição do texto europeu, sob a epígrafe “*dever de avaliar a solvabilidade do consumidor*”, susceptível de se “*traduzir*” do modo que segue:

Em momento anterior ao da celebração do contrato, cumpre ao credor avaliar a solvabilidade do consumidor, tanto pelos dados por este carreados, como pela consulta, que se tem por imperativa, à Central de Responsabilidades de Crédito na dependência do Banco Central, vale dizer, do Banco de Portugal, no caso.

O credor pode, complementarmente, proceder à avaliação da solvabilidade do consumidor pela consulta da lista pública de execuções ou de outras bases de dados consideradas para o efeito de todo imprescindíveis.

Em caso de rejeição do crédito requerido com base nos dados obtidos, deve o dador informar o consumidor imediata, gratuita e justificadamente do fato, bem como dos elementos constantes das bases consultadas, salvo se as informações daí decorrentes forem proibidas por disposição do direito da União Europeia ou do ordenamento jurídico nacional, ou se for contrária a objectivos de ordem pública ou de segurança pública.

Se, após a celebração do contrato, os co-contraentes se propuserem aumentar o montante do crédito, a informação financeira de que o dador dispõe deve ser actualizada, de novo se procedendo à avaliação da solvabilidade do consumidor com as consequências daí emergentes.

É ESPECIALMENTE
IMPORTANTE QUE AS
INSTITUIÇÕES DE CRÉ-
DITO E AS SOCIEDADES
FINANCEIRAS NÃO SE
PERMITAM CONCEDER
EMPRÉSTIMOS DE
MODO IRRESPONSÁVEL

O ónus da prova do expediente de avaliação da solvabilidade incumbe ao dador de crédito, por disposição expressa da lei.

A Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal (CRC) constitui realidade incontornável, suscetível de se enquadrar e definir como:

“uma base de dados, gerida pela Banco de Portugal, com informação prestada pelas entidades participantes, *i.e.*, instituições que concedem crédito, sobre os créditos concedidos, a que está associado um conjunto de serviços relativos ao seu processamento e difusão. A CRC obedece a todos os requisitos de proteção de dados individuais, de acordo com o estabelecido pela Comissão Nacional de Protecção de Dados.

Esta base de dados é alimentada por informação de natureza individual. O Banco de Portugal procede à sua centralização e divulgação pelas entidades participantes em termos agregados.

A CRC contém informação sobre as responsabilidades de crédito efetivas assumidas por qualquer pessoa singular ou coletiva perante as entidades participantes, bem como as responsabilidades de crédito potenciais que representem compromissos irrevogáveis.

Constituem exemplos de responsabilidades efetivas:

- . Empréstimos para aquisição de habitação;
- . Empréstimos para aquisição de automóveis, de mobiliário e de outros bens de consumo ou serviços;
- . Empréstimos para aquisição de títulos de crédito (ações, obrigações, etc.);
- . Desconto de letras e outros efeitos comerciais;
- . Descobertos em contas bancárias;
- . Operações de locação financeira (*leasing*) e de *factoring*;
- . Montantes utilizados de cartões de crédito.

Constituem exemplos de responsabilidades potenciais as situações que a seguir se perspectivam, quando representem compromissos irrevogáveis das entidades participantes:

- . Montantes não utilizados de cartões de crédito;
- . Linhas de crédito contratadas;
- . Garantias prestadas pelas entidades participantes;
- . Quaisquer outras facilidades de crédito suscetíveis de conversão em dívidas efetivas. São exemplos de entidades participantes na CRC:
 - . os bancos;
 - . as caixas económicas;
 - . a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e as caixas de crédito agrícola mútuo;
 - . as instituições financeiras de crédito;

- . as sociedades financeiras para aquisição a crédito (SFAC);
- . as sociedades de locação financeira;
- . as sociedades de *factoring*;
- . as sociedades emitentes ou gestoras de cartões de crédito.”

E, dado que se pretende criar um Mercado Interno de Serviços Financeiros (delimitado pelas fronteiras físicas exteriores dos Estados que se reúnem no seio da União Europeia), mister se torna se faculte o acesso às bases de dados a quem quer, o que se plasma no artigo 11.º da lei vigente em Portugal, com a orientação que segue:

. As entidades gestoras das bases de dados disponíveis em Portugal - susceptíveis de permitir ajuizar da solvabilidade dos consumidores - obrigam-se a assegurar, em condições de reciprocidade, o acesso não discriminatório das instituições de crédito e das sociedades financeiras que operem em outros Estados-membros a tais bases. O Banco de Portugal permite o acesso dos dados de crédito dos mais Estados-membros ao acervo da Central de Responsabilidades de Crédito, observados determinados os pressupostos da lei.

Rejeitado o pedido de financiamento com fundamento nos dados colhidos, o dador de crédito deve transmiti-lo ao consumidor imediata, gratuita e justificadamente e dar de análogo modo notícia dos elementos pertinentes ao consumidor, salvo se a prestação de tais informações se achar vedada por outras disposições de direito da UE ou se tiver como oposta a interesses de ordem pública ou de segurança pública.

As informações veiculadas pelo Banco de Portugal reservam-se exclusivamente às instituições financeiras, cumprindo-lhes observar, de acordo com a Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, e o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de Outubro, a protecção dos dados relativos às pessoas singulares, sendo-lhes vedada a sua transmissão a terceiros.²

II DOS PRELIMINARES

1. DA PUBLICIDADE

A publicidade ou, com maior propriedade, ante a evolução conceitual entretanto operada, a comunicação comercial, constitui um dos mais poderosos meios de sedução e o polo primacial de atração de créditos que se oferecem como acessíveis, denominador comum das campanhas que se empreendem, quando em verdade o não são e, a breve trecho, caem com fragor sobre a estabilidade financeira dos visados.

Os artifícios, sugestões e embustes em que se enredam – por esta via – os consumidores – e suas mais fundas repercussões na esfera própria de cada um e de todos – determinaram se estabelecessem peculiares regras susceptíveis de

reforçar a *veracidade* que é um dos princípios norteadores da publicidade. E por forma a travar as dissimulações que levam a que os consumidores se precipitem em ordem à celebração de contratos que lhes queimarão os bolsos doravante.

Daí que a publicidade haja de ser veraz e nela, por imposição da lei, se cruzem inalienáveis elementos de informação, que não podem ser senão rigorosos.

O que define a este propósito a directiva?

Que da informação constem elementos de *informação* normalizados.

O CRÉDITO SELVAGEM
NÃO APROVEITA NEM À
COMUNIDADE NEM À
FAMÍLIA, MENOS AINDA
ÀS PESSOAS SINGULAR-
MENTE CONSIDERADAS

A publicidade a contratos de crédito que indique uma qualquer taxa de juros ou os valores relativos ao custo do crédito terá de incluir informações normalizadas, como de imediato se revelará.

Tal obrigação não se aplica às hipóteses em que o direito interno exija que a publicidade indique a taxa anual de encargos efetiva global e não uma taxa de juros ou eventuais valores relativos a qualquer custo do crédito.

As informações normalizadas, porém, devem especificar de modo claro, conciso e visível, por meio de um exemplo representativo, um sem-número de elementos, a saber:

A taxa devedora, fixa ou variável ou ambas, juntamente com o detalhe de quaisquer encargos aplicáveis incluídos no custo total do crédito para o consumidor;

- . O montante total do crédito;
- . A taxa anual de encargos efetiva global;
- . Se for caso disso, a duração do contrato de crédito;
- . No caso de um crédito sob a forma de pagamento diferido para um produto ou serviço específico, o preço a pronto e o montante de um eventual pagamento de sinal; e
- . Se for caso disso, o montante total imputado ao consumidor e o das prestações.

Se a celebração de um contrato cujo objeto seja um serviço acessório ao contrato de crédito, nomeadamente um seguro, for obrigatória para a obtenção do crédito ou para a obtenção do crédito nos termos e condições de mercado, e o custo desse serviço não puder ser antecipadamente determinado, deve igualmente ser mencionada de modo claro, conciso e visível a obrigação de celebrar esse contrato, bem como a taxa anual de encargos efetiva global.

O preceito de que se trata aplica-se sem prejuízo das regras vertidas a propósito das práticas comerciais desleais, cuja disciplina se impõe em plenitude no domínio em causa.³

É à autoridade de supervisão, no caso, ao Banco Central, que incumbe apreciar da licitude ou ilicitude da publicidade vertida neste particular, aplicando as sanções que na lei de cada um dos Estados-membros se cominam e que às hipóteses de fato couberem, distintas de Estado para Estado-membro, como vem sendo de regra, já que não há qualquer harmonização no domínio do arsenal repressivo para o efeito estabelecido.

2. DAS INFORMAÇÕES PRÉ-CONTRATUAIS

Para além da publicidade, que ora obedece a uma padronização no que tange ao cruzamento de informações normalizadas para que a directiva incisivamente aponta, no que aos preliminares negociais se reporta há regras estritas e extensas que cumpre observar em todo o Espaço Económico Europeu.

A obrigação geral de informação, se não mesmo a obrigação especial decretada neste particular, espraia-se por três fases ou períodos distintos:

- . nos preliminares, *i.é.*, no momento pré-contratual
- . na fase da conclusão do contrato, ou seja, na da celebração propriamente dita
- . a da informação contratual
- . e na da execução do contrato, vale dizer, no decurso da vida do contrato, se for o caso, ante as modificações objetivas de que possa padecer a relação em apreciação
- . a da informação pós-contratual.

Neste passo ocupar-nos-emos da informação pré-contratual, que representa assinalável esforço do dador de crédito ou seu intermediário, e obriga a uma tarefa de inteligibilidade a fim de se dissiparem eventuais dúvidas subsistentes para que o consentimento, em fase ulterior, seja livre e esclarecido.

A informação pré-contratual, tal como se acha plasmada no artigo 5.º do instrumento normativo de que se trata, comporta um sem-número de tarefas que se desdobrarão como segue:

“Em tempo útil, antes de o consumidor se encontrar obrigado por um contrato de crédito ou uma oferta, o mutuante e, se for caso disso, o intermediário de crédito devem, com base nos termos e nas condições do crédito oferecidas pelo mutuante e, se for caso disso, nas preferências expressas pelo consumidor e nas informações por este fornecidas, dar ao consumidor as informações necessárias para comparar diferentes ofertas, a fim de tomar uma decisão com conhecimento de causa quanto à celebração de um contrato de crédito.”

Tais informações, em papel ou noutro suporte duradouro⁴, devem ser prestadas através do formulário sobre “*Informação Normalizada Europeia em matéria de Crédito aos Consumidores*”.

A directiva considera que o dador de crédito cumpre os requisitos de informação previstos neste particular e ainda no que tange aos do regime europeu do contrato de serviços financeiros à distância se fornecer ao consumidor a “*Informação Normalizada Europeia em matéria de Crédito aos Consumidores*”, que em anexo figura.

Considere-se, porém, que as informações pré-contratuais terão de especificar um extenso rol de elementos, susceptível de se configurar como obstáculo aos objetivos que em si mesmo se compendiam:

- a) O tipo de crédito;
- b) A identificação e o endereço geográfico do mutuante, bem como, se for caso disso, a identificação e o endereço geográfico do intermediário de crédito envolvido;
- c) O montante total do crédito e as condições de levantamento;
- d) A duração do contrato de crédito;
- e) Nos casos de um crédito sob a forma de pagamento diferido para um bem ou serviço específicos e de contratos de crédito coligados, o bem ou serviço em causa, bem como o respectivo preço a pronto;
- f) A taxa devedora⁵, as condições aplicáveis a esta taxa e, quando disponíveis, quaisquer índices ou taxas de juros de referência relativos à taxa devedora inicial, bem como os períodos, condições e procedimentos de alteração da taxa devedora; em caso de aplicação de diferentes taxas devedoras em função das circunstâncias, as informações acima referidas sobre todas as taxas aplicáveis;
- g) A taxa anual de encargos efetiva global⁶ e o montante total imputado ao consumidor, ilustrada através de um exemplo representativo que indique todos os pressupostos utilizados no cálculo desta taxa; se o consumidor tiver comunicado ao mutuante um ou mais componentes do seu crédito preferido, tais como a duração do contrato de crédito e o montante total do crédito, o mutuante deve ter em conta esses componentes; se um contrato de crédito estipular diferentes formas de levantamento com diferentes encargos ou taxas devedoras e o mutuante fizer uso dos pressupostos enunciados na alínea b) da parte II do anexo I, deve indicar que o recurso a outros mecanismos de levantamento para este tipo de acordo de crédito poderá resultar numa taxa anual de encargos efetiva global mais elevada;
- h) O montante, o número e a periodicidade dos pagamentos a efetuar pelo consumidor e, se for caso disso, a ordem pela qual os pagamentos devem ser imputados aos diferentes saldos devedores a que se aplicam taxas devedoras diferenciadas para efeitos de reembolso;
- i) Se for caso disso, os encargos relativos à manutenção de uma ou mais contas para registar simultaneamente operações de pagamento e levantamentos de

crédito, a menos que a abertura de uma conta seja facultativa, bem como os encargos relativos à utilização de meios que permitam ao mesmo tempo operações de pagamento e levantamentos de crédito, quaisquer outros encargos decorrentes do contrato de crédito e as condições em que esses encargos podem ser alterados;

j) Se for caso disso, os custos a pagar pelo consumidor a um notário na celebração do contrato de crédito;

k) A eventual obrigação de celebrar um contrato de serviço acessório ao contrato de crédito, nomeadamente uma apólice de seguro, se a celebração de tal contrato for obrigatória para a obtenção do crédito ou para a obtenção do crédito nos termos e condições de mercado;

l) A taxa de juros de mora, bem como as regras para a respectiva adaptação e, se for caso disso, os custos devidos em caso de incumprimento;

m) Uma advertência relativa às consequências da falta de pagamento;

n) Se for caso disso, as garantias exigidas;

o) Existência ou inexistência do direito de retratação;

p) O direito de reembolso antecipado e, se for caso disso, informações sobre o direito do mutuante a uma indenização e a forma de determinar essa indenização;

q) O direito de o consumidor ser informado imediata e gratuitamente, do resultado da consulta de uma base de dados para verificação da sua solvabilidade;

r) O direito de o consumidor obter, mediante pedido e gratuitamente, uma cópia do projeto de contrato de crédito. Esta disposição não é aplicável se, no momento em que é feito o pedido, o mutuante não estiver disposto a proceder à celebração do contrato de crédito com o consumidor; e

s) Se for caso disso, o período durante o qual o mutuante se encontra vinculado pelas informações pré-contratuais.

Todas as informações adicionais que o mutuante entenda prestar ao consumidor devem ser oferecidas em documento separado, que constitua apenso ao formulário da “*Informação Normalizada Europeia em matéria de Crédito aos Consumidores*”.

No entanto, tratando-se de comunicações por telefonia vocal no quadro do regime dos serviços financeiros à distância, a descrição das principais características do serviço financeiro a fornecer deve incluir, pelo menos, os elementos referidos nas alíneas c), d), e), f) e h) precedentemente enunciadas, bem como a taxa anual de encargos efetiva global ilustrada através de um exemplo representativo e o custo total do crédito imputável ao consumidor.

Se o contrato tiver sido celebrado, a rogo do consumidor, por meio de comunicação à distância que não permita o fornecimento das *informações pré-contratuais* prescritas anteriormente, nomeadamente as adicionais, a que noutro passo se alude, o dador de crédito deve facultar ao consumidor as *informações*

pré-contratuais via formulário de “*Informação Normalizada Europeia em matéria de Crédito aos Consumidores*”, na íntegra, imediatamente após a celebração do contrato de crédito.⁷

Mediante solicitação, fornecer-se-á graciosamente ao consumidor, para além da “*Informação Normalizada Europeia em matéria de Crédito aos Consumidores*”, como se assinalou, o projeto ou a minuta do contrato de crédito.

Tal disposição, acentue-se, não se observará, porém, se, no momento em que a solicitação se formular, o dador se não propuser celebrar o contrato de crédito com o consumidor.

No caso de contrato de crédito em que os pagamentos não constituam amortização imediata correspondente do montante total do crédito, mas se destinem à reconstituição do capital nos períodos e nas condições previstos no respectivo contrato ou em contrato adicional, as informações pré-contratuais noutro passo previstas devem incluir uma declaração clara e concisa de que não é exigida eventual garantia a terceiros no âmbito do contrato de crédito para assegurar o reembolso do montante total do empréstimo levantado ao abrigo de tal contrato, salvo se tal garantia for prestada espontaneamente.

Os Estados-membros garantirão que mutuantes e, se for caso disso, intermediários de crédito esclareçam pormenorizada e adequadamente o consumidor, descodificando as fórmulas adoptadas, de modo a colocá-lo em posição que lhe permita avaliar se o contrato proposto se adapta às suas necessidades e situação financeira, fornecendo eventualmente as informações pré-contratuais previstas no lugar próprio, esmiuçando as características essenciais dos produtos propostos e os efeitos específicos a que tendem, em que se incluem as consequências do incumprimento na esfera própria do consumidor. Os Estados-membros podem adaptar a forma e a extensão em que a assistência é dispensada, bem como identificar quem a presta, as circunstâncias específicas da situação em que o contrato se propõe, a quem é proposto e ao tipo de crédito oferecido.

Ponto é saber se um tão extenso rol de informações ainda nas primícias negociais não constituirá decisivo obstáculo à integral satisfação dos ditames da lei, a que se aliará a proverbial *iliteracia* dos consumidores, não suprida porque inexistentes as ações de informação e de educação financeira apropriadas, amiúde afirmadas mas permanentemente denegadas, já que, como proclamavam os romanos, *summum jus summa injuria...*

2.1. INFORMAÇÕES PRÉ-CONTRATUAIS A FORNECER EM DETERMINADOS CONTRATOS DE CRÉDITO SOB A FORMA DE FACILIDADES DE DESCOBERTO E EM DETERMINADOS CONTRATOS DE CRÉDITO ESPECÍFICOS

Nas hipóteses em epígrafe, a directiva estabelece regras segundo as quais, em tempo útil, antes de o consumidor se encontrar obrigado por um contrato de

crédito ou uma proposta atinente a um contrato do estilo em distintas modalidades⁸, o dador de crédito e, se for caso disso, o intermediário devem, com base nos termos e nas condições oferecidas e, se for ainda o caso, nas preferências expressas pelo consumidor e nos dados por ele carreados, prestar as informações necessárias para que diferentes ofertas se mostrem suscetíveis de ser comparadas, a fim de a decisão quanto à celebração do contrato de crédito se haver por criteriosa.

As informações em causa enuncia-as a directiva: mantém-se um tronco comum, a que acrescem cláusulas específicas em homenagem à tipicidade dos contratos em epígrafe.

2.2. ISENÇÕES DOS REQUISITOS DE INFORMAÇÃO PRÉ-CONTRATUAL

As disposições precedentes não são aplicáveis aos fornecedores ou prestadores de serviços que intervenham a título acessório como intermediários de crédito.

Tal não obsta a que o dador de crédito haja de assegurar que o consumidor receba tempestivamente as informações pré-contratuais a que se reportam as disposições visadas de molde a que se observem em plenitude as normas imperativas a tal propósito editadas.

2.3. A RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL: A CULPA IN CONTRAHENDO

O n.º 5 do artigo 8.º da LDC – Lei de Defesa do Consumidor –, em vigor em Portugal, estabelece inequivocamente que

“O fornecedor de bens ou o prestador de serviços que viole o dever de informar responde pelos danos que causar ao consumidor, sendo solidariamente responsáveis os demais intervenientes na cadeia da produção à distribuição que hajam igualmente violado o dever de informação.”

Do mesmo passo, o artigo 227 do Código Civil, de forma cirúrgica porque especificamente no que tange à responsabilidade pré-contratual, define no seu n.º 1, sob a epígrafe “culpa na formação dos contratos” que

“Quem negocia com outrem para conclusão de um contrato deve, tanto nos preliminares como na formação dele, proceder segundo as regras da boa fé, sob pena de responder pelos danos que culposamente causar à outra parte.”

Daí que cumpra ao dador de crédito (por si ou intermediário) fornecer a informação pré-contratual de modo completo, objetivo, rigoroso e adequado, como o prescreve o n.º 1 do artigo 8.º da LDC.

De resto, tratando-se de um contrato pré-redigido, avultarão também neste particular as prescrições do artigo 5.º da LCGC – Lei das Condições Gerais dos Contratos (DL 446/85, de 25 de Outubro e modificações entretanto introduzidas), que se definem de modo singelo em:

A comunicação das cláusulas a apor nos contratos singulares deve efetuar-se

na íntegra a quem se limite a subscrevê-las ou a aceitá-las.

E ser realizada de modo adequado e com a antecedência necessária para que, tendo em conta a importância do contrato e a extensão e complexidade do clausulado, se torne possível o seu conhecimento completo e efetivo por quem use de comum diligência.

O ónus da prova da comunicação adequada e efetiva cabe ao pré-disponente, ou seja, a quem submeta o clausulado ao consumidor.

Que, contas feitas, se reconduz às normas referenciadas precedentemente.⁹

3. DA OBRIGAÇÃO DE AVALIAÇÃO DA SOLVABILIDADE DO CREDOR: DO ACESSO A BASES DE DADOS

A obrigação de avaliação da solvabilidade de quem se proponha aceder ao crédito incumbe obviamente à instituição de crédito ou à sociedade financeira. Cumprindo, para tanto, empreender à exaustão as diligências que se requerem

para travar quaisquer laivos de precipitação: “*só se pode emprestar um cabrito a quem tenha um boi*”, para usar uma velha máxima de típico sabor africano!

QUALQUER RELAÇÃO
QUE NO DOMÍNIO DOS
NEGÓCIOS JURÍDICOS
DE CONSUMO SE CON-
CLUI DEVE SÊ-LO COM
ABSOLUTA PROSCRIÇÃO
DO ASSÉDIO E DA IN-
FLUÊNCIA INDEVIDA

Como incidentalmente se expressou noutro passo, no art.º 10.º do diploma legal derivado (por que se operou a transposição do texto emanado do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia para o ordenamento pátrio) se concretizaram preceitos e critérios tendentes ao preenchimento da obrigação que impende sobre o dador de crédito em ordem à contração ou ao deferimento de créditos de modo responsável.

Exprimem-se tais critérios (*quod abundat non nocet*) singularmente em:

Previamente à celebração do contrato de crédito, deve o putativo dador avaliar a solvabilidade do consumidor, tanto pelos elementos oferecidos pelo aspirante ao financiamento, como pela indeclinável consulta à Central de Responsabilidades de Crédito adstrita ao Banco de Portugal

O potencial dador¹⁰ procederá, em complemento, à avaliação da solvabilidade pela perquirição da lista pública de execuções¹¹ ou das mais bases valiosas para a consecução dos objetivos *imprescritivelmente* assinados.

Rejeitada a pretensão deduzida pelo consumidor perante o dador de crédito, com fundamento nos dados recolhidos, cumpre à instituição financeira dar do fato parte imediata, gratuita e justificadamente ao interessado, bem como do que das bases a tal respeito constar (para eventual impugnação, se for o caso, e

exercício do contraditório, como se tem por elementar, para além da responsabilização dos gestores das bases pelos elementos que atinjam de modo irrefragável a reputação económica dos consumidores sem fundamentos de base), salvo se tal for vedado por disposição impositiva do direito europeu ou do ordenamento nacional, ou se se tiver como contrário a objetivos ou interesses de ordem ou segurança pública. Ponto é saber se, neste particular, os dados são fiáveis e as bases responsabilmente geridas e criteriosamente fundadas. O que nem sempre sucede, entre nós, ao menos, em razão das perturbações que os atribiliários processos de celebração de contratos coligados – compra e venda ou prestação de serviços e de crédito ao consumo –, como o não ignora quem da vida percebe os sinais adequados, acarretam a uma geometria defensável das relações jurídicas de consumo fundadas nos princípios éticos estruturantes, aliás, plasmados na Directiva das Práticas Comerciais (Des)Leais.

Se os contraentes, após a celebração do contrato, se propuserem ampliar o montante global do crédito, o concreto dador atualizará a informação financeira de que dispõe e avaliará de novo a respectiva solvabilidade, procedendo, pois, em conformidade.

Ónus da prova: compete ao dador de crédito a prova do estrito cumprimento das disposições precedentes.”

E, ante o desenho, o projeto de um Mercado Interno de Serviços Financeiros, em que decisivamente se aposta, nos termos precedentemente enunciados, a saber, bordejado ou marginado pelas fronteiras físicas exteriores dos diferentes Estados nacionais e com um impressionante número de almas ali radicadas – 500 milhões de consumidores é o que ora oferece o Espaço Económico Europeu –, curial será se dispense o acesso a bases de dados a quem quer, de entre as entidades legitimadas para o efeito, onde quer que se situem, de Malmö, na Suécia, à Mamarrosa, em Portugal, e de Brest, em França, a Bucareste, na Roménia.

Em Portugal um tal *desideratum* é susceptível de se captar em preceitos do estilo dos que se condensam no artigo 11 do regime legal vigente, que prima, entre nós, pela novidade:

- As entidades gestoras de bases de dados construídas e disponíveis, ainda que de modo restrito, em Portugal, em vista da avaliação da solvabilidade dos consumidores, assegurarão, em condições de reciprocidade e de forma não discriminatória, o acesso das instituições de crédito e das sociedades financeiras alienígenas ou não – que operem em distintos Estados-membros da União Europeia – a tais bases.

- Conformemente ao que se estatui, o Banco de Portugal assegurará o acesso dos dadores de crédito esparsos pelos distintos Estados-membros à base de dados da Central de Responsabilidades de Crédito ¹².

· Se ocorrer a rejeição do crédito com fundamento nos dados constantes da lista pública de execuções ou decorrer dos dados disponíveis nas mais bases, incumbe ao credor transmitir ao consumidor, como noutra ponto se assinalou, imediata, gratuita e justificadamente o fato e bem assim os elementos específicos delas resultantes e que reclamam a adoção de uma tal medida, salvo se os dados colhidos forem proibidos por outras disposições do direito europeu ou contrários a objetivos outros de interesse e ordem ou de segurança pública.

As informações veiculadas pelo Banco de Portugal, no caso, consignam-se exclusivamente às instituições de crédito e às sociedades financeiras, cumprindo a tais entidades assegurar, de acordo com a Lei de Proteção da Privacidade, e com o dispositivo próprio do diploma que rege no domínio da Central da Responsabilidade de Créditos, a proteção dos dados pertinentes às pessoas singulares, sendo vedada a sua transmissão a quem quer, excetuados os visados, nas condições precedentemente descritas.

As sanções cominadas para a inobservância da obrigação à qual se adscrive *ex vi legis* o dador de crédito (a de conceder – só e tão só – crédito de modo exigentemente responsável) exprimem-se em coimas (sanções com tradução pecuniária) cujos montantes se cifram entre um mínimo de aproximadamente 750 € a um máximo que ronda os 750 000 €. Para além obviamente de sanções acessórias de distinta natureza, de harmonia com o que prescreve o artigo 30 da LCC – Lei do Crédito ao Consumo (DL 133/2009), que remete para a alínea *i*) do artigo 210 e para o artigo 212 do Regime Jurídico das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras de 31 de Dezembro de 1998.

Ponto é que a autoridade de supervisão – que tão omissa se revelou desde o começo de vigência da Lei Antiga, em Setembro de 1991, até à declarada eclosão da crise, com nefastos reflexos na esfera de todos e cada um – se não distraia de todo e que... *da lei nos textos à lei em ato* não diste o abismo a que com “*notório exagero*” (!) se referem os anglo-americanos!

O crédito selvagem não aproveita nem à comunidade nem à família, menos ainda às pessoas singularmente consideradas: só aproveita, em termos correntes, às instituições financeiras, como se tem por óbvio! Com a toxicidade social e a ruína que daí advêm, como hoje consabidamente é insusceptível de negar-se!

Não nos iludamos, porém: é que importa deixar a ingenuidade à porta da escola! A vida é muito mais contundente que os filmes de violência que gratuitamente se nos oferecem nos espaços públicos dos *media*, nos *mass media* que marcam desmesuradamente o quotidiano de cada um e todos!¹³

III DA FORMAÇÃO OU CONSTITUIÇÃO DO CONTRATO DE CRÉDITO

1. REQUISITOS DE FUNDO: DO CONSENTIMENTO

Como se não ignora, de entre os requisitos de fundo avultam os da perfeição, liberdade, esclarecimento e ponderação, ao menos em um quadro metodológico que em termos didáticos temos vindo a privilegiar.

No que tange à liberdade, para além dos convencionais elementos do erro, do dolo e da coação, em suas distintas refrações, inserem-se em paralelo, de harmonia com a Directiva das Práticas Comerciais Desleais, de 11 de Maio de 2005, transposta para o ordenamento jurídico interno em 26 de março de 2008, o *assédio* e a *influência* indevida.

Qualquer relação que no domínio dos negócios jurídicos de consumo se conclua deve sê-lo com absoluta proscrição do *assédio* e da *influência indevida*.

A Directiva das Práticas Comerciais (Des)leais não conceitua assédio. É uma outra directiva – a da Igualdade e da Não Discriminação em razão do Sexo –, de 13 de Dezembro de 2004, que o faz. Ainda que suscetível de adequação às vertentes situações, porque o determinante no assédio não é de todo o género (o sexo), perpassando distintamente os indivíduos, seja qual for o sexo. E, por vezes, envolvendo-os e vinculando-as a ambos, no caso dos casais heterossexuais, como forma de garantia do crédito.

1.1. A LIBERDADE

1.1.1. O ASSÉDIO

«Assédio», de harmonia com o que prescreve a directiva a que se alude no passo precedente, é toda e qualquer situação em que ocorra um comportamento indesejado, relacionado com o sexo de uma dada pessoa, com o objetivo ou o efeito de violar a sua dignidade e de criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou ofensivo.

As enciclopédias registam, em geral, o significado de *insistência impertinente, perseguição, sugestão ou pretensão constantes em relação a alguém*.

E assediar consiste em *perseguir com propostas, sugerir com insistência; ser inoportuno ao tentar obter algo; molestar; abordar súbita ou inesperadamente*.

Relações jurídicas de consumo celebradas com base no assédio, nos termos que se consignam, como práticas desleais, na modalidade de agressivas, condicionam necessariamente o consumidor, violam o requisito da liberdade e ficam naturalmente inquinadas, feridas de invalidade.

E tal é suscetível de ocorrer, não só através de estratégias mercadológicas diretas (o denominado *marketing direto*), desenvolvidas por instituições de crédito

e sociedades financeiras, por meio de comunicações electrónicas ou de frequentes deslocações ao domicílio das vítimas, como ainda por intermediários que, na ânsia de escoar os seus produtos, cujos contratos se acoplarão aos de crédito, perseguem-nas indefectivelmente, não consentindo que “respirem” até à aposição de uma firma em um qualquer contrato. Ou até pela remessa forçada de cartões de crédito, à revelia das normas vigentes, que a inibem.

De considerar, por conseguinte, a “novidade” que se *caracteriza* como se deixou categoricamente exposto, para que os sujeitos de direito e os intérpretes, como os que por função têm a da aplicação - em concretas hipóteses de fato - da lei, possam de modo advertido perspectivar, enquadrando, situações do jaez destas, associando-se-lhes os efeitos que necessariamente lhes quadram de uma perspectiva rigorosamente jurídica.

As consequências jurídicas aparelhadas no ordenamento jurídico luso são, como sói dizer-se, insuficientes ante a gravidade das práticas desleais e, consequentemente, da preterição da diligência profissional, tal como se conceitua na Directiva das Práticas Comerciais Desleais: a invalidade negocial, na modalidade da anulabilidade, posta na dependência exclusiva daquele em cujo interesse a lei

O CONSUMIDOR DE-
VERÁ SER INFORMADO
DA TAXA DEVEDORA,
TANTO NA FASE PRÉ-
-CONTRATUAL COMO
NO MOMENTO DA CELE-
BRAÇÃO DO CONTRATO
DE CRÉDITO

o estabelece, parece “curta”, já que impende sobre o consumidor o “ônus do impulso processual”, com o que de negativo e inacessível o fenómeno comporta. Bastaria que se estabelecesse como efeito jurídico a nulidade “relativa”, modalidade das invalidades mistas, cometendo-se ao consumidor e ao julgador a faculdade de a invocar e apreciar de ofício, respectivamente, para se reprimir convenientemente todos os desvios que ocorrem clamorosamente no comércio jurídico de consumo, quantas vezes com absoluta impunidade dos fornecedores relapsos pelos gravosos meios que se antepõem às vítimas para o exercício

consequente dos seus direitos.

1.1.2. A INFLUÊNCIA INDEVIDA

Influência indevida, tal como a conceitua a Directiva das Práticas Comerciais Desleais, é “...a utilização pelo profissional de uma posição de poder para pressionar o consumidor, mesmo sem recurso ou ameaça de recurso à força física, de forma que limita significativamente a capacidade de o consumidor tomar uma decisão esclarecida”.

Claro que há manifesto equívoco na noção que transluz da directiva: não se trata de *capacidade*, como não escapará a um observador medianamente pre-

venido, antes de *consentimento*, tanto na liberdade de que se reveste, como no esclarecimento que o integra. Já que o consentimento tem de ser perfeito, livre, esclarecido e ponderado, de harmonia com o que vimos ensinando há décadas, na esteira de conceituados mestres.

A influência indevida tem peculiar campo de eleição nos serviços financeiros, no direito anglo-americano, em que os gestores de conta e de clientes os induzem deliberadamente a efetuar determinadas operações que se revelam à partida ruinosas, prevalecendo-se, porém, do seu ascendente sobre a vítima, do seu domínio dos mecanismos institucionais e do risco inerente às operações em que envolvem os consumidores a que falecem, em regra, os dados para um criterioso envolvimento do estilo.

Os efeitos jurídicos da influência indevida, entre nós, compaginam-se pelos do assédio, razão por que valem *mutatis mutandis* as considerações a tal propósito expendidas no passo precedente.

1.2. O ESCLARECIMENTO

1.2.1. MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

Por *esclarecimento* se concebe as menções obrigatórias a que hodiernamente se submetem os contratos típicos de consumo imperativamente sujeitos a forma: o documento particular, em papel ou suporte duradouro, nas articulações a que o conceito se atém.

A Directiva Europeia do Crédito ao Consumidor prescreve inequivocamente, no seu artigo 10.º - e o diploma luso segue-lhe na pegada no seu artigo 12.º - que o contrato deve especificar de forma clara e concisa:

- a) O tipo de crédito;
- b) A identificação e o endereço geográfico das partes contratantes, bem como, se aplicável, a identificação e o endereço geográfico do intermediário de crédito envolvido;
- c) A duração do contrato de crédito;
- d) O montante total do crédito e as condições de levantamento;
- e) No caso de um crédito sob a forma de pagamento diferido para um bem ou serviço específico ou dos contratos de crédito ligados, o bem ou serviço em causa, bem como o respectivo preço a pronto;
- f) A taxa devedora, as condições aplicáveis a esta taxa e, quando disponíveis, quaisquer índices ou taxas de referência relativos à taxa devedora inicial, bem como os períodos, condições e procedimentos de alteração da taxa devedora; em caso de aplicação de diferentes taxas devedoras em função das circunstâncias, as informações acima referidas sobre todas as taxas aplicáveis;
- g) A taxa anual de encargos efetiva global e o montante total imputado ao consumidor, calculados no momento da celebração do contrato de crédito; de-

vem ser mencionados todos os pressupostos utilizados para calcular esta taxa;

h) O montante, o número e a periodicidade dos pagamentos a efetuar pelo consumidor e, se for caso disso, a ordem pela qual os pagamentos devem ser imputados aos diferentes saldos devedores a que se aplicam taxas devedoras diferenciadas para efeitos de reembolso;

i) No caso de amortização do capital de um contrato de crédito com duração fixa, o direito do consumidor receber, a pedido e sem qualquer encargo, em qualquer momento durante a vigência completa do contrato de crédito, um extrato, sob a forma de um quadro de amortização.

O quadro de amortização deve indicar os pagamentos devidos, bem como as datas de vencimento e condições de pagamento dos montantes; o quadro deve incluir a composição de cada reembolso periódico em capital amortizado, os juros calculados com base na taxa devedora e, se for caso disso, os custos adicionais; se a taxa de juros não for fixa ou se os custos adicionais puderem ser alterados nos termos do contrato de crédito, o quadro de amortização deve incluir uma indicação

de forma clara e concisa de que os dados constantes do quadro apenas são válidos até à alteração seguinte da taxa devedora ou dos custos adicionais nos termos do contrato de crédito;

j) Se houver lugar ao pagamento de despesas e juros sem amortização do capital, um extrato dos períodos e das condições de pagamento dos juros devedores e dos encargos e despesas recorrentes e não recorrentes associados;

k) Se for caso disso, os encargos relativos à manutenção de uma ou mais contas para registar simultaneamente operações de pagamento e levantamentos de crédito, a menos que a abertura de uma conta seja facultativa, bem como os encargos relativos à utilização de meios que permitam ao mesmo tempo operações de pagamento e levantamentos de crédito, e quaisquer outros encargos decorrentes do contrato de crédito e às condições em que tais encargos podem ser alterados;

l) A taxa de juros de mora aplicável à data da celebração do contrato de crédito, bem como as regras para a respectiva adaptação e, se for caso disso, os custos devidos em caso de incumprimento;

m) Uma advertência relativa às consequências da falta de pagamento;

n) Se for caso disso, a menção de que os custos notariais deverão ser pagos;

o) As eventuais garantias e os eventuais seguros exigidos;

p) A existência ou inexistência do direito de retratação, o prazo e o proce-

O CONSUMIDOR DE-
VERÁ SER INFORMADO
DA TAXA DEVEDORA,
TANTO NA FASE PRÉ-
-CONTRATUAL COMO
NO MOMENTO DA CELE-
BRAÇÃO DO CONTRATO
DE CRÉDITO

dimento previstos para o seu exercício e outras condições para o seu exercício, incluindo informações sobre a obrigação do consumidor de pagar o capital levantado e os juros, bem como o montante dos juros diários;

q) Informações relativas aos direitos decorrentes da coligação de contratos (compra e venda ou prestação de serviços e crédito ao consumo), bem como às condições de exercício desses direitos;

r) O direito de reembolso antecipado, o procedimento a seguir em caso de reembolso antecipado e, se for caso disso, informações sobre o direito do mutuante a uma indemnização e a forma de determinar essa indemnização;

s) O procedimento a seguir para exercer o direito de denúncia do contrato de crédito;

t) A existência ou inexistência de processos extrajudiciais de reclamação e de recurso acessíveis ao consumidor e, quando existam, o respectivo modo de acesso;

u) Se for caso disso, outros termos e condições contratuais;

v) Se for caso disso, o nome e endereço da autoridade de supervisão competente.

Se for caso disso, o mutuante disponibilizará ao consumidor, em qualquer momento durante a vigência completa do contrato de crédito e sem qualquer encargo, um extrato, sob a forma de um quadro de amortização.

Tratando-se de contratos de crédito nos quais os pagamentos efetuados pelo consumidor não deem lugar imediatamente a uma amortização correspondente do montante total do crédito, mas sirvam para reconstituir o capital nos períodos e nas condições previstas pelo contrato de crédito ou por um contrato adicional, as informações exigidas incluem uma declaração clara e concisa de que não é exigida uma garantia por parte de terceiros no âmbito do contrato de crédito para assegurar o reembolso do montante total do crédito levantado ao abrigo desse contrato de crédito, salvo se tal garantia for prestada espontaneamente.

Os contratos de crédito sob a forma de facilidades de descoberto devem, porém, conter elementos algo diversos ante a sua especificidade.¹⁴

A despeito da percepção (do ato de recebimento) da *informação pré-contratual*, o consumidor pode ter ainda necessidade de assistência suplementar para determinar, de entre o leque de produtos propostos, qual o contrato de crédito que mais e melhor se adequa às suas necessidades e situação financeira. Por conseguinte, os Estados-membros assegurarão que os dadores de crédito prestem tal assistência no que tange aos produtos de crédito que se propõem oferecer ao consumidor. Sempre que tal se revele necessário, a informação pré-contratual relevante, bem como as características essenciais dos produtos propostos, deverão ser objeto de dilucidação ao consumidor de forma personalizada, de modo que este possa compreender os efeitos daí decorrentes para a sua situação económica.

Se for caso disso, o dever de assistência ao consumidor incumbirá de análogo modo aos intermediários de crédito. Os Estados-membros determinarão quando e em que medida tais explicitações se carrearão ao consumidor, tendo em conta o contexto particular em que o crédito é oferecido, a necessidade de assistência ao consumidor e a natureza de cada um dos produtos de crédito.

A fim de garantir total transparência, o consumidor deverá ser informado da taxa devedora, tanto na fase pré-contratual como no momento da celebração do contrato de crédito.

No decurso da relação contratual, o consumidor deverá ser ainda informado de quaisquer alterações à taxa devedora variável e das alterações aos pagamentos que daí advierem. Tal não prejudica a observância das normas de direito interno (que não com a informação do consumidor se relacionem) que estabeleçam as condições para as alterações ou suas consequências, para além das que se referem aos pagamentos, às taxas devedoras e a outras condições económicas alusivas ao crédito, nomeadamente as regras que determinam que o mutuante só tem direito a alterar a taxa devedora se existir um motivo válido para tal, ou que o consumidor pode tomar a iniciativa da extinção do contrato em caso de alteração da taxa devedora ou de outras condições económicas relativas ao crédito.¹⁵

1.3. A PONDERAÇÃO: O DIREITO DE ARREPENDIMENTO OU DESISTÊNCIA – O DIREITO DE RETRATAÇÃO

Os dicionários registam *retractação*, *s.f.* Acção ou efeito de retractar ou retratar-se; palavras ou escritos em que alguém se desdiz do que disse anteriormente...

Retratar, *v. t.* Desaprovar expressamente; desdizer-se de... > *V.p.* Desdizer-se; dar o dito por não dito; mostrar público arrependimento por palavras ditas ou escritas. (Do lat. *retractare*)

O *direito de retratação*, que autores e legisladores mal conceituam e pior “traduzem” (denominam-no *indistinta* e *acriticamente* como direito de rescisão, direito de revogação, direito de revogação unilateral, direito de resolução, direito de livre resolução... sem qualquer rigor *terminológico-conceitual*), constitui algo de diverso face a figuras outras que surgem amiúde, *v.g.*, no rol dos modos de extinção das relações obrigacionais complexas.

O instrumento sob análise – a Directiva do Crédito ao Consumidor de que ora se cura –, contempla um rol de hipóteses subsumíveis no *direito de retratação* que a LDC – Lei de Defesa do Consumidor – (editada em Portugal) avisadamente e de modo rigoroso, ao que se nos afigura, contempla no n.º 7 do seu artigo 9.º, a saber:

“Sem prejuízo de regimes mais favoráveis, nos contratos que resultem da iniciativa do fornecedor de bens ou do prestador de serviços fora do estabelecimento comercial, por meio de correspondência ou outros equivalentes, é assegurado ao consumidor o

direito de retractação no prazo de [catorze dias] a contar da data da recepção do bem ou da conclusão do contrato de prestação de serviços”.

Como características essenciais do *direito de retratação* avultam, como o ensina a doutrina e nos permitimos repetir incessantemente, as de:

- . *imotivabilidade*
- . *inindenizabilidade*
- . *irrenunciabilidade*

A *imotivabilidade* analisa-se singelamente no fato de se não exigir ao consumidor que indique eventuais razões para se desvincular de uma sorte de compromisso provisório a que se adcreveu (e provisório porque lhe assiste o direito de arrependimento ou desistência no lapso assinado por lei, já que não se está perante espécies submetidas, na sua génese e nesse período intervalar, ao cutelo do *pacta sunt servanda*).

SERÁ NULO E DE
NENHUM EFEITO O
CONTRATO DE QUE
NÃO SEJA ENTREGUE
UM EXEMPLAR AO CON-
SUMIDOR OU AO GA-
RANTE NO MOMENTO
DA SUA CELEBRAÇÃO

A *inindenizabilidade* pelo fato de não ser exigível qualquer contraprestação pela desvinculação a que o consumidor se propuser proceder. A regra é, porém, susceptível de comportar excepções.

Na vertente situação, e de molde a que não ocorra uma qualquer hipótese de locupletamento ilícito por banda do consumidor, estabelece-se, excepcionalmente, que o pague ao credor o capital e os juros vencidos a contar da data de utilização do crédito até à data do pagamento do capital, sem atrasos indevidos, em prazo não superior a 30 dias após a expedição da comunicação abdicativa.

Os juros calcular-se-ão com base na taxa nominal estipulada, nada mais sendo devido, com excepção da indenização por eventuais despesas não reembolsáveis pagas pelo credor a qualquer entidade da Administração Pública. O que permite formular determinadas considerações marginais, como adiante se assistirá.

A *irrenunciabilidade* no fato de, ainda que se chegue a consenso, a lei, porque injuntiva, não permitir que o consumidor abdique ou renuncie ao direito que se lhe outorga.

Neste particular, a directiva verte um sem-número de preceitos que cumpre oferecer na sua versão original:

“1. O consumidor dispõe de um prazo de 14 dias de calendário para exercer o direito de retractação do contrato de crédito sem indicar qualquer motivo.

O prazo para o exercício do direito de retractação começa a correr:

- a) Da data da celebração do contrato de crédito; ou
- b) Da data de recepção, pelo consumidor, dos termos do contrato e das in-

formações a que se refere o artigo 10.º, se essa data for posterior à data referida na alínea a) do presente parágrafo.

2. No caso de um contrato de crédito ligado, (...), se a legislação nacional já previr, na data da entrada em vigor da presente directiva, que os fundos não podem ser disponibilizados ao consumidor antes do decurso de um determinado período, os Estados-membros podem prever excepcionalmente que o período referido no n.º 1 do presente artigo possa ser reduzido a esse período determinado a pedido expresse do consumidor.

3. Se exercer o seu direito de retractação, o consumidor deve:

a) Para que a retractação produza efeitos antes do termo do prazo estabelecido no n.º 1, comunicar o fato ao mutuante de acordo com a informação que este lhe forneceu nos termos da alínea p) do n.º 2 do artigo 10.º, utilizando um meio com força de prova de acordo com o direito nacional.

Considera-se que o prazo foi respeitado se a comunicação for enviada antes do termo do prazo, desde que tenha sido efectuada em papel ou noutro suporte duradouro à disposição do mutuante e ao qual este possa aceder; e

b) Pagar ao mutuante o capital e os juros vencidos sobre este capital a contar da data de levantamento do crédito até à data de pagamento do capital, sem atrasos indevidos e no prazo de 30 dias de calendário após ter enviado a comunicação de retractação ao mutuante. Os juros são calculados com base na taxa devedora estipulada. O mutuante não tem direito a qualquer outra indemnização por parte do consumidor em caso de retractação, com excepção da indemnização de eventuais despesas não reembolsáveis pagas pelo mutuante a qualquer órgão da administração pública.

4. Se o mutuante ou um terceiro prestar um serviço acessório relacionado com o contrato de crédito com base num contrato entre esse terceiro e o mutuante, o consumidor deixa de estar vinculado ao contrato relativo ao serviço acessório no caso de exercer o seu direito de retractação do contrato de crédito de acordo com o presente artigo.

5. Se o consumidor tiver o direito de retractação nos termos dos n.ºs 1, 3 e 4, não são aplicáveis os artigos 6.º e 7.º da Directiva 2002/65/CE, nem o artigo 5.º da Directiva 85/577/CEE do Conselho, de 20 de Dezembro de 1985, relativa à protecção dos consumidores no caso de contratos negociados fora dos estabelecimentos comerciais.

6. Os Estados-membros podem determinar que os n.ºs 1 a 4 do presente artigo não se apliquem aos contratos de crédito que por lei devam ser celebrados por intermédio de um notário, desde que o notário confirme que o consumidor goza dos direitos previstos nos artigos 5.º e 10.º

7. O presente artigo não prejudica qualquer disposição de direito interno que

preveja um prazo durante o qual a execução do contrato não pode ter início.”^{16/17}

2. REQUISITOS DE FORMA: CONTRATO MERAMENTE CONSENSUAL OU FORMAL?

O retorno ao formalismo é uma característica vincante da contemporânea contratualística de consumo, como aliás o previne percucientemente o emérito da Panteão-Sorbonne, Jacques Ghestin.

Os contratos de crédito estão sujeitos a forma: a documento particular por imposição do legislador comunitário.

Em Portugal, no diploma transpositivo, figura o comando segundo o qual: “os contratos de crédito devem ser exarados em papel ou noutro suporte duradouro, em condições de inteira legibilidade.”

Por suporte duradouro se entende, como noutro passo se assinalou, qualquer instrumento que permita ao consumidor armazenar informações que lhe sejam pessoalmente dirigidas, de um modo que, no futuro, lhe permita um acesso fácil às mesmas durante um período de tempo adequado aos fins a que as informações se destinam e que permita a reprodução inalterada das informações armazenadas, consoante o glossário constante da Directiva do Crédito ao Consumidor.

A Lei portuguesa dos Serviços Financeiros à Distância de 29 de Maio de 2006 define, porém, no seu preâmbulo, como suporte duradouro, nomeadamente, as disquetes informáticas, os CD-ROM, DVD, bem como o disco duro do computador que armazene consistentemente o correio electrónico.

De harmonia com a Lei do Comércio Electrónico de 7 de Janeiro de 2004, *“As declarações emitidas por via electrónica satisfazem a exigência legal de forma escrita quando contidas em suporte que ofereça as mesmas garantias de fidedignidade, inteligibilidade e conservação.”*

E o documento electrónico vale como documento assinado quando satisfizer os requisitos da legislação sobre assinatura electrónica e certificação.”

A Lei do Crédito ao Consumidor editada em Portugal, em decorrência da Directiva Europeia, estabelece mais: *“a todos os contraentes, incluindo os garantes, deve ser entregue, no momento da respectiva assinatura, um exemplar devidamente assinado do contrato de crédito.”*

Se a obrigação consubstanciada no passo precedente se incumprir, o contrato padecerá de um vício genético manifesto que conduzirá à sua invalidade, na sua forma mais grave: a nulidade. Será, pois, nulo e de nenhum efeito o contrato de que não seja entregue um exemplar ao consumidor ou ao garante no momento da sua celebração.¹⁸

CONCLUSÃO

1. Ainda que de modo tímido nos *consideranda*, que não nas normas cogentes do texto, em que é omissa, a nova Directiva do Crédito ao Consumidor aspira a que do crédito selvagem (expressão que por inteiro nos cabe e a ninguém mais deve, no contexto, ser assacada) se evolua para o crédito responsável.

2. Portugal verteu em texto de lei um tal comando e cominou com penalidades diversas as instituições de crédito e sociedades financeiras que retornem ao figurino do crédito selvagem, abstendo-se de avaliar as condições de solvabilidade de quantos se habilitem à concessão de crédito ao consumo.

3. O regime vigente – nos preliminares, nomeadamente no que tange à publicidade – reforça o princípio da veracidade que mister será presidida a todos os passos da comunicação comercial, mesclando-a imperativamente com elementos padronizados de informação, que tornam mais credíveis e autênticas as mensagens.

4. As normas ora promulgadas reforçam a informação de modo exigente, tanto nos preliminares, como na conclusão, como ainda na execução do contrato sempre que ocorram circunstâncias supervenientes que o determinem: há assim um extenso rol de elementos, a título de informação pré-contratual, como ainda no que tange à informação contratual ou, quiçá, pós-contratual.

5. Ponto é saber se as instituições de crédito e as sociedades financeiras – entre nós, com uma “cultura” de base feita de silêncios e omissões pecaminosas – se mostram sensíveis a um processo de regeneração ao ponto de se aprestarem a cumprir os ditames da lei, tornando as espécies contratuais bem mais transparentes e o consumidor munido ou dotado de suficientes elementos para que o seu consentimento seja sobretudo livre, esclarecido e ponderado. Ou se as exigências ora estabelecidas não conduzirão a resultados equivalentes aos do brocardo *summum jus summa injuria*...

6. De par com a informação pré-contratual, prescreve-se um dever de assistência a que se adscrive o dador de crédito de molde a prestar os esclarecimentos adequados ao consumidor para que o interessado opte pelas ofertas mais convenientes sejam quais forem as perspectivas.

7. O *direito de retratação* é reforçado, tanto em termos temporais (de sete dias úteis no regime de pretérito para catorze dias de calendário no atual) quanto no que tange às características que o exornam, estabelecendo-se, porém, um regime de compensações – em termos de “indenizabilidade” – que visam a remunerar os capitais “mutuados” durante o período em que estiverem à disposição do consumidor e os montantes percebidos pela Administração: o que, neste caso, em rigor, de todo se não justificará porque o Estado locupletar-se-á sem justa causa, uma vez que as operações financeiras se frustram, vale dizer, se não concretizam,

e ainda assim o Estado arrecadará receitas sem justificação plausível na geometria de um autêntico Estado de direito.

NOTAS

¹O artigo original que ora se dá à estampa é-o em homenagem a um Homem que serviu denodadamente o Direito em múltiplos domínios e tem inequivocamente um lugar na galeria dos que no Brasil escavaram os caboucos e sedimentaram os alicerces do Direito do Consumidor.

A José Geraldo de Brito Filomeno, a quem nos unem indestrutíveis laços de amizade, singela homenagem de quem nestoutra riba do Atlântico procura simplesmente seguir, na humildade com que o faz, o seu contagiante exemplo numa entrega sem par à Causa da Cidadania.

² Transcreve-se para o efeito o artigo 7º do diploma em epígrafe:

“Restrições à divulgação de informação centralizada

As informações prestadas pelo Banco de Portugal às entidades participantes não podem conter qualquer indicação acerca da localidade em que os créditos foram outorgados nem das entidades que os concederam.

As informações referidas no número anterior são exclusivamente destinadas às entidades participantes, sendo-lhes vedada a sua transmissão, total ou parcial, a terceiros, sem prejuízo do direito de acesso do titular aos seus dados pessoais nos termos da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.”

³ O diploma de transposição para o ordenamento jurídico pátrio traduziu as directrizes constantes da Directiva nestes termos:

“Informação e práticas anteriores à celebração do contrato de crédito

Artigo 5.º

Publicidade

1- Sem prejuízo das normas aplicáveis à actividade publicitária em geral e do disposto no Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de Março, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio [práticas comerciais desleais], a publicidade ou qualquer comunicação comercial em que um credor se proponha conceder crédito ou se sirva de um mediador de crédito para a celebração de contratos de crédito deve indicar a TAEG para cada modalidade de crédito, mesmo que este seja apresentado como gratuito, sem juros ou utilize expressões equivalentes.

2- Se, em função das condições concretas do crédito, houver lugar à aplicação de diferentes TAEG, todas devem ser indicadas.

3- A indicação da TAEG que, pelo seu tratamento gráfico ou áudio-visual, não seja, em termos objectivos, legível ou perceptível pelo consumidor, não cumpre o disposto nos números anteriores.

4- A publicidade a operações de crédito reguladas pelo presente decreto-lei em que se indique uma taxa de juro ou outros valores relativos ao custo do crédito para o consumidor deve incluir informações normalizadas nos termos do presente artigo.

5- As informações normalizadas devem especificar, de modo claro, conciso, legível e destacado, por meio de exemplo representativo:

a) A taxa nominal, fixa ou variável ou ambas, juntamente com a indicação de quaisquer encargos aplicáveis incluídos no custo total do crédito para o consumidor;

b) O montante total do crédito;

c) A TAEG;

d) A duração do contrato de crédito, se for o caso;

e) O preço a pronto e o montante do eventual sinal, no caso de crédito sob a forma de pagamento diferido de bem ou de serviço específico; e

f) O montante total imputado ao consumidor e o montante das prestações, se for o caso.

6- Se a celebração de contrato relativo a um serviço acessório ao contrato de crédito, nomeadamente o seguro, for necessária para a obtenção do crédito ou para a obtenção do crédito nos termos e nas condições de mercado, e o custo desse serviço acessório não puder ser antecipadamente determinado, deve igualmente ser mencionada, de modo claro, conciso e visível, a obrigação de celebrar esse contrato, bem como a TAEG.”

⁴ Por suporte duradouro se entende: *“qualquer instrumento que permita ao consumidor armazenar informações que lhe sejam pessoalmente dirigidas, de um modo que, no futuro, lhe permita um acesso fácil às mesmas durante um período de tempo adequado aos fins a que as informações se destinam e que permita a reprodução inalterada das informações armazenadas”*

⁵ Por taxa devedora se entende: *“a taxa de juros expressa numa percentagem fixa ou variável aplicada numa base anual ao montante do crédito levantado”*.

⁶ Por taxa anual de encargos efectiva global se tem: *“o custo total do crédito para o consumidor expresso em percentagem anual do montante total do crédito e, sendo caso disso, acrescido dos custos previstos no n.º 2 do artigo 19.º”*

O cálculo da TAEG não é nem tarefa simples nem algo de fácil explanação. Repare-se no que prescreve o artigo 19 da Directiva 2008/48/CE, de 23 de Abril de 2008, transposta pelo DL 133/2009, de 2 de Junho, para o ordenamento português, diploma cujo começo de vigência se protraiu a 1 de Julho de 2009:

Cálculo da taxa anual de encargos efectiva global

1. A taxa anual de encargos efectiva global, que torna equivalentes, numa base anual, os valores actuais do conjunto dos compromissos (levantamentos de

crédito, reembolsos e encargos) existentes ou futuros, acordados pelo mutuante e pelo consumidor é calculada de acordo com a fórmula matemática constante da parte I do anexo I.

2. A fim de calcular a taxa anual de encargos efectiva global, determina-se o custo total do crédito para o consumidor, com excepção de quaisquer encargos a suportar pelo consumidor devido ao incumprimento de qualquer uma das suas obrigações decorrentes do contrato de crédito e dos encargos que não se incluíam no preço de compra e venda e que, na compra de bens ou de serviços, o consumidor for obrigado a suportar, quer a transacção se efectue a pronto quer a crédito.

Os custos relativos à manutenção de uma conta que registe simultaneamente operações de pagamento e levantamentos de crédito, os custos relativos à utilização ou ao funcionamento de um meio de pagamento que permita ao mesmo tempo operações de pagamento e levantamentos de crédito, bem como outros custos relativos às operações de pagamento, são incluídos no custo total do crédito para o consumidor, excepto se a abertura da conta for facultativa e os custos da conta tiverem sido determinados de maneira clara e de forma separada no contrato de crédito ou em qualquer outro contrato celebrado com o consumidor.

3. O cálculo da taxa anual de encargos efectiva global é efectuado com base no pressuposto de que o contrato de crédito continua a ser válido durante o prazo acordado e de que o mutuante e o consumidor cumprem as respectivas obrigações nas condições e datas especificadas no contrato de crédito.

4. Para os contratos de crédito com cláusulas que permitam alterações da taxa devedora e, se for caso disso, das despesas incluídas na taxa anual de encargos efectiva global, mas não quantificáveis no momento do cálculo, a taxa anual de encargos efectiva global é determinada com base no pressuposto de que a taxa devedora e outros encargos são fixos em relação ao nível inicial e aplicáveis até ao termo do contrato de crédito.

5. Sempre que necessário, podem ser utilizados os pressupostos adicionais enumerados no anexo I para o cálculo da taxa anual de encargos efectiva global. Se os pressupostos enumerados no presente artigo e na parte II do anexo I não forem suficientes para calcular de modo uniforme a taxa anual de encargos efectiva global ou já não estejam adaptados à situação comercial do mercado, a Comissão pode determinar os pressupostos adicionais para o cálculo da taxa anual de encargos efectiva global ou alterar os existentes. Essas medidas, que têm por objecto alterar elementos não essenciais da presente directiva, são aprovadas pelo procedimento de regulamentação com controlo a que se refere o n.º 2 do artigo 25º.

⁷ *Cfr.* a este propósito o anexo em que se contém o modelo imposto pela Directiva em todo o Espaço Económico Europeu e que o DL 133/2009, de 2 de Junho, em vigor em Portugal, reproduz na íntegra.

⁸ A saber: *contratos de crédito sob forma de facilidades de descoberto* cujo crédito deva ser reembolsado mediante pedido ou no prazo de três meses;

. *contratos de crédito celebrados por uma instituição* que:

Seja ainda em benefício mútuo dos seus membros;

Não obtenha lucros em benefício de qualquer outra pessoa para além dos seus membros;

Responda a um objecto social imposto pelo direito interno;

Receba e gire apenas as poupanças dos seus membros e proporcione fontes de crédito unicamente aos seus membros; e

Proporcione crédito com base numa taxa anual de encargos efectiva global que seja inferior às taxas praticadas no mercado ou esteja sujeita a um limite estabelecido pelo direito interno.

. *Contratos de crédito que prevejam que o mutuante e o consumidor acordem em disposições relativas ao pagamento diferido ou a métodos de reembolso*, se o consumidor já estiver em falta aquando da celebração do contrato de crédito inicial e nos casos em que:

a) Essas disposições sejam susceptíveis de afastar a possibilidade de acção judicial relativa a essa falta; e

b) O consumidor não fique sujeito a condições menos favoráveis do que as do contrato de crédito inicial.

⁹ Já o *Supremo Tribunal de Justiça*, ainda que no domínio do regime anteriormente vigente, em acórdão com a chancela de Fonseca Ramos, a 30 de Outubro de 2007, houve por bem expressar-se nestes termos, por si só eloquentes:

Os contratos de crédito ao consumo são contratos de adesão, já que, a par de cláusulas específicas que exprimem a particularidade de cada negócio, contêm cláusulas pré-determinadas destinadas à massa dos consumidores e que não são passíveis de negociação individualizada, aplicando-se-lhe o regime das cláusulas contratuais gerais (ccg).

Neste tipo de contrato em que existe uma aceitação, não particularmente negociada pelo aderente, a lei visa a sua protecção, como parte contratualmente mais débil, assegurando de modo efectivo um “*dever de informação*” a cargo do proponente.

Essa comunicação dever abranger a totalidade das cláusulas e ser feita de modo adequado e pessoal e com antecedência compatível com a extensão e complexidade do contrato, de modo a tornar possível o seu conhecimento “*completo e efectivo por quem use de comum diligência*”.

Nos contratos de crédito ao consumo em que intervêm, além do comprador, o financiador e o vendedor, não sendo simultâneas as assinaturas das três partes contratualmente envolvidas, sai afrontada a defesa do consumidor e o seu direito

a ser informado, se o financiador, usando de ccg comete a terceiro (a entidade vendedora do bem) o dever de informação, como que numa *delegação de competência* que viola um seu dever pessoal, mais a mais, sendo o consumidor analfabeto (a sua assinatura no contrato foi aposta a rogo por não saber ler).

Não é exigível a pessoa analfabeta, que domine conceitos jurídicos como “mora”, “cláusula penal”, “rescisão do contrato” e “reserva de propriedade”, sobretudo se tais conceitos constaram das “Condições Gerais”, sendo, por isso, mais exigente o *dever de informação*.

Quanto à ponderação de *abuso do direito* por parte do consumidor que invoca vícios do contrato, após o início da sua execução, o Tribunal deve actuar com particular prudência, já que, na relação de financiamento à aquisição de bens de consumo, é patente a desigualdade de meios entre o fornecedor dos bens ou serviços e o consumidor, sendo de equacionar se, ao actuar como actuou, a entidade financiadora da aquisição, prevalecendo-se de superioridade negocial em relação a quem recorreu ao crédito, não infringiu ela mesmo, em termos censuráveis, os deveres cooperação, de lealdade, e informação, em suma os princípios da boa fé.

Se assim tiver acontecido não deve ser paralisado o direito do consumidor.

¹⁰ O DL 201/2003, de 10 de Setembro, que rege no domínio do registo informático das execuções, predispõe no seu artigo 6.º o elenco de entidades dotadas de legitimidade para o acesso à lista pública de execuções, a saber:

“1 - A consulta do registo informático de execuções pode ser efectuada:

- a) Por magistrado judicial ou do Ministério Público;
- b) Por pessoa capaz de exercer o mandato judicial ou agente de execução;
- c) (Revogado pelo Decreto-Lei n.º 226/2008 de 20 de Novembro).
- d) Pelo titular dos dados;

e) Por quem tenha relação contratual ou pré-contratual com o titular dos dados ou revele outro interesse atendível na consulta, mediante consentimento do titular ou autorização dada por entidade judicial.

2 - Para efeitos da alínea e) do número anterior, considera-se existir interesse atendível quando a consulta do registo informático de execuções se destine à obtenção de certificado para demonstração da natureza incobrável de créditos resultantes de incumprimento contratual.

3- Para efeitos da alínea e) do número anterior, considera-se existir interesse atendível quando a consulta do registo informático de execuções se destine à obtenção de certificado para demonstração da natureza incobrável de créditos resultantes de incumprimento contratual.”

¹¹ O diploma de que se trata, no seu artigo 2.º, lista os dados que no registo informático figuram, de interesse para o efeito:

“1 - O registo informático de execuções contém o rol das execuções penden-

tes e, relativamente a cada uma delas, a seguinte informação:

- a) Identificação da execução;
- b) Identificação do agente de execução, através de nome, domicílio profissional, números de cédula profissional e de identificação fiscal, ou do oficial de justiça, através de nome e número mecanográfico;
- c) Identificação das partes, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 467.º do Código de Processo Civil, incluindo ainda, sempre que possível, o número de identificação de pessoa colectiva, a filiação, o número de identificação fiscal, o número de bilhete de identidade ou, na impossibilidade atendível da sua apresentação, os números de passaporte ou de licença de condução;
- d) Pedido, indicando o fim e o montante, a coisa ou a prestação, consoante os casos;
- e) Bens indicados para penhora;
- f) Bens penhorados, com indicação da data e hora da penhora e da adjudicação ou venda;
- g) Identificação dos créditos reclamados, através do seu titular e montante do crédito.
- h) Indicação da realização de citação edital.

2 - Do mesmo registo consta também o rol das execuções findas ou suspensas, mencionando-se, além dos elementos referidos no número anterior:

- a) A extinção com pagamento integral;
- b) A extinção com pagamento parcial;
- c) A extinção da execução por não terem sido encontrados bens penhoráveis, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 832.º e no n.º 6 do artigo 833.º-B do Código de Processo Civil.

3 - Na sequência de despacho judicial, procede-se ainda à introdução dos seguintes dados:

- a) A declaração de insolvência e a nomeação de um administrador da insolvência, bem como o encerramento do processo especial de insolvência;
- b) O arquivamento do processo executivo de trabalho, por não se terem encontrado bens para penhora.

4 - Os dados previstos no número anterior são acompanhados da identificação do processo e da informação referida na alínea c) do n.º 1.

5 - Não havendo indicação do número de identificação fiscal do titular dos dados ou, em alternativa, do número de identificação civil, passaporte ou licença de condução, deve o agente de execução promover as diligências necessárias à obtenção destes elementos, designadamente mediante consulta das bases de dados, arquivos e outros registos, nos termos previstos no artigo 833.º-A do Código de Processo Civil.”

¹² A Central de Responsabilidades de Crédito, que opera em Portugal, tem o seu regime definido no DL 204/2008, de 14 de Outubro, cuja consulta se impõe para mais adequada percepção dos seus termos.

¹³ *A Directiva nos seus consideranda pondera:* “a fim de avaliar a solvabilidade de um consumidor, o mutuante deverá também consultar as bases de dados relevantes; as circunstâncias de facto e de direito podem exigir que tais consultas sejam de âmbito variável. A fim de evitar distorções de concorrência entre os mutuantes, há que assegurar o acesso destes às bases de dados públicas ou privadas relativas aos consumidores de um Estado-membro em que não estejam estabelecidos, em condições não discriminatórias relativamente aos mutuantes desse Estado-membro.

Caso a decisão de recusar um pedido de crédito tenha sido tomada com base na consulta de uma base de dados, o mutuante deverá informar o consumidor desse facto bem como dos elementos da base de dados consultada. Todavia, o mutuante não deverá ser obrigado a dar essas informações quando outra legislação comunitária o proibir, por exemplo a legislação em matéria de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo. Além disso, essas informações não deverão ser prestadas se forem contrárias aos objectivos de ordem pública ou de segurança pública, tais como a prevenção, investigação, detecção ou repressão de infracções penais.”

¹⁴ *Os contratos de crédito sob a forma de facilidades de descoberto* devem especificar de forma clara e concisa:

- a) O tipo de crédito;
- b) A identificação e o endereço geográfico das partes contratantes, bem como, se aplicável, a identificação e o endereço geográfico do intermediário de crédito envolvido;
- c) A duração do contrato de crédito;
- d) O montante total do crédito e as condições de levantamento;
- e) A taxa devedora, as condições aplicáveis a esta taxa e, quando disponíveis, quaisquer índices ou taxas de referência relativos à taxa devedora inicial, bem como os períodos, condições e procedimentos de alteração da taxa devedora; em caso de aplicação de diferentes taxas devedoras em função das circunstâncias, as informações acima referidas sobre todas as taxas aplicáveis;
- f) A taxa anual de encargos efectiva global e o montante total do crédito ao consumidor, calculados no momento da celebração do contrato de crédito; devem ser mencionados todos os pressupostos utilizados para calcular esta taxa nos termos do n.º 2 do artigo 19.º em articulação com as alíneas g) e i) do artigo 3.º; os Estados-membros podem determinar que a taxa anual de encargos efectiva global não precisa de ser indicada;

g) A indicação de que, a pedido, pode ser exigido ao consumidor em qualquer momento o reembolso integral do montante do crédito;

h) O procedimento a seguir para exercer o direito de retractação do contrato de crédito; e

i) Informações sobre os encargos aplicáveis a partir da celebração do contrato de crédito e, se for caso disso, as condições em que estes podem ser alterados.

¹⁵A correspondente regra no direito português tem a forma que segue:

Artigo 7.º

Dever de assistência ao consumidor

O credor e, se for o caso, o mediador de crédito devem esclarecer de modo adequado o consumidor, por forma a colocá-lo em posição que lhe permita avaliar se o contrato de crédito proposto se adapta às suas necessidades e à sua situação financeira, cabendo -lhes, designadamente, fornecer as informações pré-contratuais previstas no artigo anterior, explicitar as características essenciais dos produtos propostos, bem como descrever os efeitos específicos deles decorrentes para o consumidor, incluindo as consequências da respectiva falta de pagamento.

Estes esclarecimentos devem ser fornecidos antes da celebração do contrato de crédito, devem ser entregues ao consumidor em suporte duradouro reproduzível e devem ser apresentados de forma clara, concisa e legível.

Sendo a informação da responsabilidade do credor, os mediadores de crédito têm o dever de a transmitir integralmente ao consumidor.

Compete ao credor e, se for o caso, ao mediador de crédito fazer prova do cumprimento das obrigações previstas neste artigo.

¹⁶ No ordenamento jurídico português a disciplina *do direito de arrependimento ou desistência* contempla-a no quadro do crédito ao consumidor o artigo 17, sob a epígrafe “*direito de livre revogação*”, nestes termos:

“1- O consumidor dispõe de um prazo de 14 dias de calendário para exercer o direito de revogação do contrato de crédito, sem necessidade de indicar qualquer motivo.

2- O prazo para o exercício do direito de revogação começa a correr:

a) A partir da data da celebração do contrato de crédito; ou

b) A partir da data de recepção pelo consumidor do exemplar do contrato e das informações a que se refere o artigo 12.º, se essa data for posterior à referida na alínea anterior.

3- Para que a revogação do contrato produza efeitos, o consumidor deve expedir a declaração no prazo referido no n.º 1, em papel ou noutro suporte duradouro à disposição do credor e ao qual este possa aceder, observando os requisitos a que se refere a alínea h) do n.º 3 do artigo 12.º.

4- Exercido o direito de revogação, o consumidor deve pagar ao credor o capital e os juros vencidos a contar da data de utilização do crédito até à data de pagamento

do capital, sem atrasos indevidos, em prazo não superior a 30 dias após a expedição da comunicação.

5- Para os efeitos do número anterior, os juros são calculados com base na taxa nominal estipulada, nada mais sendo devido, com excepção da indemnização por eventuais despesas não reembolsáveis pagas pelo credor a qualquer entidade da Administração Pública.

6- O exercício do direito de revogação a que se refere o presente artigo preclui o direito da mesma natureza previsto noutra legislação especial, designadamente a referente à contratação à distância ou no domicílio.”

¹⁷Os reflexos do exercício do direito de arrependimento ou desistência nos contratos de compra e venda ou de prestação de serviços coligados com os de crédito ao consumidor plasma-os a lei no artigo 18 do diploma legal vigente em Portugal (DL133/2009, de 2 de Junho) de modo impressivo:

“Contrato de crédito coligado

1- A invalidade ou a ineficácia do contrato de crédito coligado repercute -se, na mesma medida, no contrato de compra e venda.

2- A invalidade ou a revogação [retractação] do contrato de compra e venda repercute -se, na mesma medida, no contrato de crédito coligado.

3- No caso de incumprimento ou de desconformidade no cumprimento de contrato de compra e venda ou de prestação de serviços coligado com contrato de crédito, o consumidor que, após interpelação do vendedor, não tenha obtido deste a satisfação do seu direito ao exacto cumprimento do contrato, pode interpelar o credor para exercer qualquer uma das seguintes pretensões:

a) A excepção de não cumprimento do contrato;

b) A redução do montante do crédito em montante igual ao da redução do preço;

c) A resolução do contrato de crédito.

4- Nos casos previstos nas alíneas b) ou c) do número anterior, o consumidor não está obrigado a pagar ao credor o montante correspondente àquele que foi recebido pelo vendedor.

5- Se o credor ou um terceiro prestarem um serviço acessório conexo com o contrato de crédito, o consumidor deixa de estar vinculado ao contrato acessório se revogar o contrato de crédito nos termos do artigo 17.º ou se este se extinguir com outro fundamento.

6- O disposto nos números anteriores é aplicável, com as necessárias adaptações, aos créditos concedidos para financiar o preço de um serviço prestado por terceiro.”

¹⁸O artigo 13 da Lei do Crédito ao Consumidor editada em Portugal a 2 de

Junho p.º p.º prescreve imperativamente:

Artigo 13.º

Invalidade e inexigibilidade do contrato de crédito

1- O contrato de crédito é nulo se não for observado o estabelecido no n.º 1 [se não obedecer à forma legal prescrita] ou no n.º 2 do artigo anterior [se não for entregue um exemplar ao co-contratante no momento da sua celebração], ou se faltar algum dos elementos referidos no proémio do n.º 3, no proémio do n.º 5, ou nas alíneas *a)* e *d)* do n.º 5 do artigo anterior.

2- A garantia prestada é nula se, em relação ao garante, não for observado o prescrito no n.º 2 do artigo anterior [a entrega do exemplar ao garante].